



Técnico Administrativo - Classe A, Padrão I			
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO APROVADO	LOCALIDADE DA VAGA	CÓDIGO DA VAGA
9	David Cunha Sellos	Brasília	0818750
11	Edson de Andrade Cruz Rodrigues Júnior	Brasília	0818755
14	Leonardo Marcelo Alves*	Brasília	0818760

Art. 2º Nomear, em caráter efetivo, os candidatos aprovados no concurso público, objeto do Edital ESAF nº 76, de 4 de dezembro de 2015, publicado no DOU de 7 de dezembro de 2015, Seção 3, páginas 99 a 109, com resultado homologado pelo Edital ESAF nº 62, de 29 de agosto de 2016, publicado no DOU de 30 de agosto de 2016, Seção 3, páginas 234 a 235, a seguir mencionados:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO APROVADO	LOCALIDADE DA VAGA	CÓDIGO DA VAGA	MOTIVO DA NOMEAÇÃO
16	Ghianluca Barbosa dos Santos	Brasília	0818750	Tornado sem efeito o ato de provimento de David Cunha Sellos
17	Rodrigo Silva Gomes	Brasília	0818755	Tornado sem efeito o ato de provimento de Edson de Andrade Cruz Rodrigues Júnior
29	Wagner Luiz Araújo Dutra (*)	Brasília	0818760	Tornado sem efeito o ato de provimento de Leonardo Marcelo Alves*

(*) candidato deficiente

Art. 3º A nomeação dos candidatos dar-se-á para a cidade de Brasília (DF), respeitando-se a ordem de classificação final do concurso público de que trata o Edital ESAF nº 76, de 2015.

Art. 4º Cada candidato nomeado, depois de submetido à inspeção médica oficial, e considerado apto ao exercício do cargo, poderá apresentar-se, às suas expensas, nos termos dos arts. 13, 14, 15 e 16 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para a posse e o exercício, desde que cumpridas todas as formalidades legais relativas à documentação para posse estabelecidas no sítio eletrônico da ANAC na rede mundial de computadores endereço <https://www.anac.gov.br/ acesso-a-informacao/concurso-publico>.

Art. 5º O exercício dos candidatos dar-se-á na sede da ANAC em Brasília (DF), localizada na Setor Comercial Sul, Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A. CEP 70.308-200.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 86, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O DIRETOR-PRESIDENTE AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 16 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e 35, inciso II, do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, tendo em vista o Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, considerando o que consta do processo nº 00065.500196/2017-30, resolve:

Designar ROBERTO HUDSON BARROS, matrícula SIAPE nº 1651394, para exercer o encargo de substituto eventual do Cargo em Comissão de Gerente Técnico de Desenvolvimento Aeroportuário, código CGE IV, da Gerência de Certificação e Segurança Operacional, da Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária, nos dias 16 e 17 de janeiro de 2017, em virtude de férias regulamentares do titular e do substituto previamente designado, convalidando os atos praticados pelo servidor nestes dias.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ

PORTARIA Nº 98, DE 11 DE JANEIRO 2017. (*)

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 16 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e 35, inciso II, do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, tendo em vista o Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, considerando o que consta do processo nº 00058.513294/2016-45, resolve:

Exonerar VANESSA DOS SANTOS JANUARIO MACHADO, matrícula SIAPE nº 2438685, do Cargo em Comissão de Gerente Técnico de Capacitação, código CGE IV, da Gerência de Desenvolvimento de Pessoas, da Superintendência de Gestão de Pessoas, desta Agência, em Brasília (DF).

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ

(*) Republicada por ter saído equivocadamente no Diário Oficial da União de 12 de janeiro de 2017, Seção 2, páginas 51 e 52.

PORTARIA Nº 101, DE 11 DE JANEIRO 2017 (*)

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 16 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e 35, inciso II, do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, tendo em vista o Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, considerando o que consta do processo nº 00058.513294/2016-45, deliberado e aprovado na 1ª Reunião Administrativa da Diretoria, realizada em 10 de janeiro de 2017, resolve:

Nomear ANDRE LEONARDO CAVALCANTI FERNANDES, matrícula SIAPE nº 1586517, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente Técnico de Capacitação, código CGE IV, na Gerência de Desenvolvimento de Pessoas, da Superintendência de Gestão de Pessoas desta Agência, em Brasília (DF).

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ

(*) Republicada por ter saído equivocadamente no Diário Oficial da União de 12 de janeiro de 2017, Seção 2, página 52.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 12, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 1º, inciso XII, da Portaria CNMP-PRESI nº 57, de 27 de maio de 2016, e tendo em vista a Portaria PRESI-CNMP nº 142, de 7 de agosto de 2012, e o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Dispensar a servidora LÍVIA ABDALLA ARAUJO, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, matrícula nº 82.366, do encargo de substituta eventual de Chefe do Núcleo de Cerimonial, código FC-3, da Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial, previsto na Lei 12.412/2011.

Art. 2º Designar a servidora DANIELA CARVALHO RAMOS GHERSEL, ocupante do cargo de Analista de Gestão Pública, matrícula nº 82.313, para o encargo de substituta eventual da função de confiança mencionada no art. 1º da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME GUEDES RAPOSO

PORTARIA Nº 13, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 1º da Portaria CNMP-PRESI nº 57, de 27 de maio de 2016, e tendo em vista a Portaria PRESI-CNMP nº 142, de 7 de agosto de 2012, e o disposto no art. 9º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Designar o servidor LEONARDO RODRIGUES ANTUNES CAMINHA LUSTOSA, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, matrícula nº 82.312, para a função de confiança de Chefe da Seção de Autuação, código FC-2, da Coordenadoria de Protocolo, Autuação e Distribuição, previsto na Lei 12.412/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME GUEDES RAPOSO

PORTARIA Nº 14, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 1º, inciso XII, da Portaria CNMP-PRESI nº 57, de 27 de maio de 2016, e tendo em vista a Portaria CNMP-PRESI nº 142, de 7 de agosto de 2012, e o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Dispensar o servidor LEONARDO RODRIGUES ANTUNES CAMINHA LUSTOSA, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, matrícula nº 82.312, do encargo de substituto eventual de Chefe da Seção de Autuação, código FC-2, da Coordenadoria de Protocolo, Autuação e Distribuição, previsto na Lei 12.412/2011.

Art. 2º Designar o servidor mencionado no art. 1º da presente Portaria para o encargo de substituto eventual de Coordenador de Protocolo, Autuação e Distribuição, código CC-3, da Secretaria Processual, previsto na Lei 12.412/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME GUEDES RAPOSO

PORTARIA Nº 15, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 1º da Portaria CNMP-PRESI nº 57, de 27 de maio de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Nomear o servidor sem vínculo ROBERTO ITAJAHY LOPES, bacharel em Administração, para o exercício do cargo em comissão de Assessor - Nível III da Comissão de Planejamento Estratégico, código CC-3, do Conselho Nacional do Ministério Público, previsto na Lei 12.412/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME GUEDES RAPOSO

PORTARIA Nº 16, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 1º, inciso XII, da Portaria CNMP-PRESI nº 57, de 27 de maio de 2016, e tendo em vista a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, e o disposto nos arts. 9º e 35 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no art. 6º da Portaria CNMP-PRESI nº 111, de 3 de maio de 2013, resolve:

Art. 1º Apostilar a Portaria CNMP-SG nº 69, de 15 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 116, Seção 2, p. 52, de 20 de junho de 2016, para constar que SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR, ocupante do cargo de Procurador Regional da República, do quadro de pessoal do Ministério Público Federal, matrícula nº 82.455, exercerá o Cargo de Natureza Especial de Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME GUEDES RAPOSO

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº 4, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que, dentre outras atribuições, incumbe ao Corregedor Nacional, a teor do § 3º do art. 130-A da Constituição da República e do art. 18, inciso VII, da Resolução nº 92, de 13 de março de 2013 (Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público), realizar, de ofício, sindicâncias, inspeções e correições, receber reclamações, representações e denúncias de qualquer interessado, relativas à atuação de membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;

CONSIDERANDO a Portaria CNMP-CN nº 00262, de 13 de dezembro de 2016, que instaurou procedimento de Correição Extraordinária nas 1ª e 2ª Promotorias de Justiça Cíveis, 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Família e na Promotoria de Justiça da Fazenda Pública da Comarca de Salvador/BA.

CONSIDERANDO que cabe ao Corregedor Nacional do Ministério Público, nos termos do artigo 130-A, § 3º, inciso III, da Constituição Federal e artigo 18, inciso III, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, requisitar membros e servidores do Ministério Público, resolve:

Art. 1º Requisitar, no período de 13 a 17 de fevereiro de 2017, com dedicação exclusiva, a Promotora de Justiça do Espírito Santo Gisele Albernaz Meira Mafra para integrar a equipe de trabalho da Corregedoria Nacional do Ministério Público, como membro auxiliar, com o fim de participar dos serviços e da elaboração dos relatórios parciais, delegando-lhe poder para a realização das atividades de correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público;

Art. 2º Revogar a requisição do Promotor de Justiça do Ministério Público do Espírito Santo, Wagner Eduardo Vasconcelos, prevista na Portaria CNMP-CN nº 00262, de 13 de dezembro de 2016, que auxiliaria nos trabalhos desenvolvidos pela Corregedoria Nacional do Ministério Público.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO

Ministério Público da União**ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA****PORTARIA Nº 2, DE 13 DE JANEIRO DE 2017**

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, com fundamento no inciso I do art. 141 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Disciplinar MPT nº 2.06.000.002467/2015-54, resolve:

Art. 1º Aplicar a penalidade de demissão ao servidor Jorge Luiz Bezerra Leite, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Segurança Institucional e Transporte, por infração ao disposto nos incisos IX do art. 116 e VII do art. 132, todos da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 6, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista os termos da Portaria PGR nº 588, de 3 de setembro de 2003, e o contido no Ofício nº 49/2017-PRMG/GPC, de 9 de janeiro de 2017, da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, resolve:

Nomear, no âmbito da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, comissão eleitoral e apuradora integrada pelos Procuradores da República ANTONIO ARTHUR BARROS MENDES, EDUARDO MORATO FONSECA e LEONARDO AUGUSTO SANTOS MELO para, sob a presidência do primeiro, realizar a eleição relativa à escolha do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, titular e substituto.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 42, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 49, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo MPF/PGR nº 1.00.001.000267/2014-45, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria PGR/MPF nº 10, de 6 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria produz efeitos a partir de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA-GERAL**PORTARIA Nº 24, DE 13 DE JANEIRO DE 2017**

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º, inciso XXXII, da Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Dispensar, a partir de 10 de janeiro de 2017, ISABELLE MARITZA DE OLIVEIRA GOMES, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 26500, da função de confiança de Secretário Nível II, FC-2, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República Wagner de Castro Mathias Netto.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 25, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso II, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, e tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa MPF/PGR nº 1.00.000.018980/2016-17, resolve:

Conceder pensão civil vitalícia a MARIA DE LOURDES NUNES CASSIANO, na condição de cônjuge, a contar de 25/10/2016, data do falecimento do ex-servidor aposentado RAIMUNDO CASSIANO, matrícula nº 2222, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, Código TC010101, Classe C, padrão 13, da Carreira de Técnico do Ministério Público da União, com fundamento no art. 40, §7º, inciso I, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, publicada no DOU de 31/12/2003, cabendo à beneficiária a pensão vitalícia integral equivalente aos proventos a que fazia jus o instituidor, calculada na forma estabelecida pelo art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.887, de 18/06/2004, observado o disposto no art. 15 da mesma Lei, na redação conferida pelo art. 171 da Lei nº 11.784, de 22/09/2008, e nos arts. 215 e 217, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, na redação dada pela Lei nº 13.135, de 17/6/2015.

BLAL YASSINE DALLOUL

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO**PORTARIA Nº 2, DE 13 DE JANEIRO DE 2017**

O PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA, CHEFE SUBSTITUTO DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e a Portaria PGR nº 787, de 29 de setembro de 2015, resolve:

Dispensar a servidora SANDRA ANFLOR DA SILVA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Comunicação Social, matrícula nº 12.478-8, da função de substituta eventual do Assessor-Chefe, Nível II, CC-02, da Assessoria de Comunicação do Gabinete do Procurador-Chefe Regional da Procuradoria Regional da República da 4ª Região.

Designar o servidor JÉFFERSON CURTINOVI, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Comunicação Social, matrícula nº 21.751-4, para a função de substituto eventual do Assessor-Chefe, Nível II, CC-02, da Assessoria de Comunicação do Gabinete do Procurador-Chefe Regional da Procuradoria Regional da República da 4ª Região.

CARLOS AUGUSTO DA SILVA CAZARRÉ

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS**PORTARIA Nº 10, DE 16 DE JANEIRO DE 2017**

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS, no uso das atribuições conferidas pelo art. 33, inciso VI, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05 de maio de 2015, Resolve:

I. Designar o servidor PAULO DE TARSO MENDES COIMBRA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula 28572, para a função de confiança de Assistente Nível II, FC-2, do Gabinete do 1º Ofício da Procuradoria da República no Município de Tefé/AM.

EDMILSON DA COSTA BARREIROS JÚNIOR

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA**PORTARIA Nº 13, DE 16 DE JANEIRO DE 2017**

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA BAHIA, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 357, de 05 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Dispensar o servidor LEANDRO TEIXEIRA DE ANDRADE FILHO, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 27721, para exercer a função de confiança de Assistente - Nível II, código FC-2, do GABPRM001, da Procuradoria da República no Município de Guanambi.

Art. 2º Designar o servidor LEANDRO TEIXEIRA DE ANDRADE FILHO, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 27721, para exercer a função de confiança de Assistente - Nível II, código FC-2, do GABPRM001, da Procuradoria da República no Município de Bom Jesus da lapa, em vaga de 1º provimento, criada pela Lei 10.771, de 21 de novembro de 2003.

Art. 3º Tornar sem efeito a Portaria PR/BA nº 11 de 12 de janeiro de 2017, publicada no DOU - SECÃO II de 16 de janeiro de 2017.

OLIVEIROS GUANAIS DE AGUIAR FILHO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**PORTARIA Nº 20, DE 12 DE JANEIRO DE 2017**

O PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 33 e incisos do Regimento Interno do Ministério Público Federal (aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05 de maio de 2015), resolve:

1. Dispensar MARCO HENRIQUE NADOLNY, matrícula 16826-2, Técnico do MPU/Apoio-Administrativo/Administração, do encargo de substituto eventual de Chefe da Divisão do Plan Assiste, CC-2, da Procuradoria da República no Estado do Paraná.

2. Designar ILZA MARIA PINHEIRO, matrícula 7787-9, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, para exercer o encargo de substituto eventual de Chefe da Divisão do Plan Assiste, CC-2, da Procuradoria da República no Estado do Paraná,

DANIEL HOLZMANN COIMBRA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 17, DE 16 DE JANEIRO DE 2017**

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições previstas no inciso II, artigo 50 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e no Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria nº SG/MPF nº 382, de 05 de maio de 2015, resolve:

1. Dispensar o servidor ROGER WENDEL FRANCO SGALLA, Matrícula nº 25587, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, da Função de Confiança de Assistente - Nível II do Gabinete do Procurador Daniel Fontenele Sampaio Cunha, FC-2, da Procuradoria da República no Município de Guarulhos.

2. Designar a servidora FRANCISCA EDINEIDE ARAÚJO RODRIGUES DE ALMEIDA, Matrícula nº 25187, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, para a função supracitada.

3. Retificar o item 8 da Portaria nº 11, de 12/01/17, publicada no Diário Oficial da União - Seção 2, nº 11, de 16/01/17, página 71,

onde se lê:

".....o servidor ANDERSON FREITAS DE MAGALHÃES,..."

leia-se:

".....o servidor ANDERSON MAGALHÃES DE FREITAS,..."

THIAGO LACERDA NOBRE

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS**PORTARIA Nº 7, DE 13 DE JANEIRO DE 2017**

O PROCURADOR-CHEFE EM EXERCÍCIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria SG/MPF 382, de 5 de maio de 2015 e pela Portaria PR/TO nº 184, de 1º de dezembro de 2016, e resolve:

Art. 1º - RETIFICAR a Portaria PR/TO nº 196, de 22 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2016, seção 2, p.40, nos seguintes termos:

Onde se lê:

"Função de Confiança de Chefe da Coordenadoria de Tecnologia de Informação e Comunicação, CC-2"

Leia-se:

"Cargo em Comissão de Chefe da Coordenadoria de Tecnologia de Informação e Comunicação, CC-3"

GEORGE NEVES LODDER

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA-GERAL**PORTARIA Nº 13, DE 16 DE JANEIRO DE 2017**

A PROCURADORA-GERAL DO TRABALHO, em exercício, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 33, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o artigo 91, XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e o que consta no Processo MPT PGEA 000371.2017.00.900/4, resolve:

Art. 1º Declarar, a partir de 05 de dezembro de 2016, a vacância do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, código AN020101, do Quadro do Ministério Público do Trabalho, da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região/DF, da carreira de Analista do Ministério Público da União, ocupado pelo servidor VINICIUS DE FREITAS ESCOBAR, matrícula nº 6004318-0, em virtude de posse em cargo inacumulável.

CRISTINA APARECIDA RIBEIRO BRASILIANO

DIRETORIA-GERAL**PORTARIA Nº 20, DE 16 DE JANEIRO DE 2017**

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria MPT-DG nº 86, de 30 de março de 2016 e o que consta no PGEA/MPT nº 000209.2017.00.900/6, resolve:

Art. 1º Exonerar a servidora SAMARA LUIZ NEUNZIG, matrícula 6001304-4, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, do cargo em comissão de Assessora Jurídica do 10º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região/SC, código CC-2.

Art. 2º Nomear a servidora ANDRESSA FARINON, matrícula 6003816-0, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, para o cargo em comissão de Assessora Jurídica do 6º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região/SC, código CC-2, em vaga criada pela Lei 12.321/2010.

SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO